



7. Cemitério dos Náufragos: uma Proposta de Arqueologia Histórica em Sergipe

Janaína Cardoso de Mello^I

Rafael Santa Rosa Cerqueira^{II}

Em 16 de agosto de 1942 os sergipanos avistaram corpos e destroços no litoral. Com o torpedeamento da costa pelo submarino alemão U-507, comandado pelo Capitão-de-Corveta Harro Schacht, criou-se o Cemitério dos Náufragos considerado patrimônio histórico pelo Decreto nº 2.571/1973. O estudo arqueológico do cemitério busca salvaguardar este espaço e analisar sua importância social para as comunidades circunvizinhas.

Palavras-chave: cemitério. Náufragos. Segunda Guerra Mundial. Sergipe. Arqueologia Histórica.

On August 16, 1942 sergipanos saw bodies and wreckage on the coast. With the torpedoing of the coast by German submarine U-507, commanded by Captain-of-Corvette Harro Schacht, created the Naufragos Cemetery considered historical heritage by Law 2.571/1973. The archaeological study of the cemetery seeks to safeguard this space and analyze its social importance to the surrounding communities.

Keywords: cemetery. Naufragos. II World War. Sergipe. Historical Archaeology.

Introdução

Nas primeiras horas da manhã de 16 de agosto de 1942, a população sergipana foi surpreendida com os primeiros corpos das vítimas e com os destroços que chegavam ao litoral da capital. Muitos se perguntavam o que havia acontecido, e espantaram-se com a notícia de que os navios da Marinha Mercante Brasileira — Baependi^{III}, Araraquara^{IV} e Aníbal Benévolo^V — foram covardemente atacados por um submarino alemão.

O submarino alemão U-507, comandado pelo Capitão-de-Corveta Harro Schacht, em doze horas marcaria tragicamente a história do Brasil, em especial a história de Sergipe, ao vitimar de forma abrupta aproximadamente 551 pessoas, entre homens, mulheres, crianças e tripulantes dos navios que navegavam tranquilamente pelas águas que banham as praias sergipanas.

Segundo Roberto Sander^{VI}: “Em Aracaju, o clima era de consternação. Podia-se sentir no ar o peso do drama dos náufragos. As ruas se enchiam de pessoas buscando explicações para o terrível acontecimento”.

Com tamanho susto, o povo aracajuano, prostrado, se tornou inerte diante da ameaça marítima. Populares buscaram sobreviventes no litoral; entre os corpos, poderia haver conhecidos ou parentes. A locomoção até as praias aonde chegavam corpos, destroços e sobreviventes era por 8 km de estradas não pavimentadas, de difícil acesso.



O jornal Folha da Manhã de 19 de agosto de 1942 trouxe em uma de suas matérias a seguinte informação:

Cadáveres – Pairam sobre as praias de Sergipe vários cadáveres das vítimas inditas dos navios torpedeados. Até agora foram recolhidos 14 cadáveres, sendo 13 de adultos e 1 de uma criança. Estes cadáveres depois de passarem pelo serviço de identificação foram sepultados.^{VII}

Decerto alguns corpos estavam conservados ao ponto de conseguirem ser identificados, e assim enterrados em cemitérios como os da Cruz Vermelha. Já outros, deteriorados pelo mar ou mutilados pelas explosões, tiveram seus restos destinados ao então supostamente criado “Cemitério dos Náufragos”. Isso aconteceu não só pela impossibilidade de reconhecimento desses corpos, como também pela grande quantidade de sepulturas que precisariam ser abertas em outros cemitérios, como Cruz Vermelha e Santa Izabel.

Muitos cadáveres que não conseguiram ser identificados encontravam-se nas proximidades das praias. Era preciso que de lá fossem retirados e que lhes fosse dado um enterro cristão. Assim criou-se um cemitério, posteriormente chamado Cemitério dos Náufragos, que, no ano de 1973, através do Decreto nº 2.571 de 20 de maio, foi considerado patrimônio histórico de Sergipe. É importante lembrar que tal Decreto foi assinado durante a construção da Rodovia dos Náufragos, que ligaria a capital às praias do litoral sul da cidade; com isso, houve o deslocamento do Cemitério da sua localização antiga para a atual.

Muitos moradores, no entanto, acreditam que este Cemitério existia muito antes dos torpedeamentos ocorridos em 1942. Para Dona Izaulina: “Já tinha há mais de 100 anos. Meus pais sempre moraram aqui e contavam que seus avós foram enterrados no Campinhos”^{VIII}. Já o presidente da Adcar (Associação Desportiva Cultural e Ambiental do Robalo) afirma que:

Tudo bem que ele serviu para enterrar os corpos dos náufragos dos navios bombardeados na 2ª guerra mundial, reconhecemos isso, mas o Cemitério dos Manguinhos^{IX} existe há mais de 200 anos e será assim que vamos chamá-lo.^X

Surgem então alguns questionamentos: Quando realmente foi criado este cemitério? Quantos anos ele tem de fundação: 83, 100 ou 200? Com a construção da Rodovia, o Cemitério foi descaracterizado? Será ele o primeiro cemitério da capital sergipana? As respostas poderão ser obtidas a partir de um estudo arqueológico adequado ao local, respeitando as lápides, as normas da Emsurb (Empresa Municipal de Serviços Urbanos) e a memória dos moradores.

Em 2006, o Ministério Público Estadual (MPE) obrigou a Prefeitura Municipal de Aracaju a tomar providências em relação aos vinte cemitérios irregulares existentes na capital, a fim de que suas ossadas fossem transferidas para cemitérios legalizados. No entanto, Ademir da Silva, ambientalista e presidente da Associação de Moradores do Robalo, mostrou-se a favor da adequação física e ambiental do Cemitério dos Náufragos, para que o mesmo continuasse a ser utilizado pela população, desejosa de continuar a sepultar ali os seus mortos. A dona de casa Lúcia Maria da Silva mostra-se notoriamente contrária a essa transferência: “Já pensou um cortejo fúnebre saindo daqui em destino ao cemitério São João Batista?”^{XI}.



Atualmente o Cemitério dos Náufragos (Manguinhos ou Campinhos) é causador do embate de moradores dos povoados Mosqueiro e Robalo contra a Prefeitura de Aracaju, conforme mostrado pelo Jornal da Cidade:

Moradores do Povoado Robalo, na zona de expansão de Aracaju, vão reabrir por conta própria o Cemitério dos Manguinhos, mais conhecido como Cemitério dos Náufragos, nesta manhã, 18. O ato em protesto contra o descaso do poder público quanto à construção de um novo cemitério na região, será realizado principalmente no sentido de atender a necessidade da população, que não tem onde enterrar familiares mortos. Foi o que informou o presidente da Associação Desportiva Cultural e Ambiental do Robalo (ADCAR), José Dias Firmo dos Santos. Segundo ele, no último dia 8 foi realizado o primeiro enterro no cemitério, depois de quase quatro anos interditado por uma determinação judicial, que ainda continua valendo.^{XII}

Assim, temos o Cemitério dos Náufragos como protagonista de mais um embate entre moradores e prefeitura, em que esta cumpre a ordem judicial de interditar os cemitérios tidos como ilegais, enquanto aqueles buscam um local adequado para sepultar seus mortos. Todavia, como considerar ilegal um cemitério que, através de decreto estadual, é tombado como patrimônio histórico?

Por uma Arqueologia Histórica dos cemitérios urbanos: Sergipe em foco

Durante muito tempo, cemitérios foram tidos como fontes de pesquisa para a Arqueologia Pré-histórica. No entanto, a Arqueologia Histórica, responsável pelo estudo contemporâneo, vem desenvolvendo poucas pesquisas referentes ao estudo de cemitérios urbanos existentes no século XX; por isso a dificuldade de indicar algumas obras que abordem a temática em questão.

Não obstante, consideramos que se torna necessário diferenciar as duas áreas da arqueologia, pois isso facilitará a delimitação temática e permitirá o estudo de um passado recente, conforme propôs Orser Jr.: “O que diferencia a Arqueologia Histórica é seu foco de atenção no passado recente ou moderno, um passado que incorporou muitos processos, perspectivas e objetos materiais que ainda estão sendo usados em nossos dias”.^{XIII}

Já o arqueólogo Funari pontua: “Tornar-se arqueólogo implica em considerar que a patrimonialização dos objetos faz parte integrante do ofício arqueológico”.^{XIV} Entendemos com isso que não se pode desconsiderar a importância do arqueólogo na descoberta de artefatos — que, após todo trabalho de campo, serão considerados patrimônio material —, como também na preservação do sítio arqueológico.

O autor do livro Introdução à Arqueologia Histórica propõe alguns pontos como: “patrimônio material de comunidades concretas”^{XV}, “desenvolvimento urbano”^{XVI}, “contexto de um artefato”^{XVII}, “estilo das lápides”^{XVIII}, que serão utilizados no trabalho por se encaixarem adequadamente no eixo temático.

Entendendo que a Arqueologia Histórica necessita de outras fontes para compreensão do sítio em estudo, assim partiremos do pressuposto:



Documentos históricos constituem uma importante fonte de informação que os arqueólogos podem usar para conhecer o passado, em termos de assentamentos e seus habitantes, mas estes documentos também permitem aos arqueólogos, como aos historiadores, propor interpretações interessantes e potencialmente significativas.^{XIX}

Rambelli reforça o cuidado a ser tomado pelo arqueólogo ao trabalhar fontes escritas: “A documentação textual não deve ser aceita como a verdade dos fatos, deve ser criticada e questionada, devido à carga ideológica que representa. É comum que as fontes textuais e arqueológicas se contradigam”^{XX}. Logo, as fontes primárias escritas encontradas no levantamento de informações do sítio arqueológico compõem o processo de cruzamento destas com os artefatos encontrados no espaço físico.

Por se tratar de sítio recente, será sempre necessário o diálogo com a comunidade, ou seja, a utilização de entrevistas com o objetivo arqueológico, pois entendemos que:

A informação oral torna-se muito útil, em geral, nos casos em que o arqueólogo está estudando um sítio que foi ocupado em tempos ainda presentes na memória de testemunhas, ou nos casos em que o arqueólogo deseja conhecer a história do sítio após seu uso pelo povo que originalmente o construiu e usou.^{XXI}

Levando-se em conta a escassez de produções acadêmicas voltadas para o estudo dos cemitérios enquanto objeto de estudo da arqueologia e, conseqüentemente, como patrimônio material, são ressaltados os trabalhos de Solimar G. Messias Bonjardim e Maria Augusta Mudin Vargas^{XXII}, como também os de Adel Samira Osman e Olívia Cristinha Ferreira Ribeiro^{XXIII}, que tratam o universo dos cemitérios no âmbito da Arqueologia e da sua patrimonialização.

As primeiras autoras, em *O visível e o invisível: A paisagem arqueológica da morte em São Cristóvão e Laranjeiras – SE*, trazem para o debate acadêmico que a paisagem da morte está presente em todas as cidades, como signos de um dado período. Salientam ainda que, no trabalho com cemitérios, lidamos com o visível e o invisível^{XXIV}.

Em *Arte, História, Turismo e Lazer nos Cemitérios de São Paulo*, as outras autoras elencam que: “Vencendo temores, tabus e preconceitos, podemos descobrir que além muros dos chamados campos-santos há um mundo de descobertas a serem feitas”^{XXV}, mostrando a importância de se estudar os cemitérios, rompendo com os paradigmas existentes em relação à temática. No entanto, focam o estudo na importância patrimonial que os cemitérios detêm, ou seja, acreditam que eles devem ser vistos como atrações turísticas nas cidades, propondo que deveriam ser tratados como museus a céu aberto por possuírem em seu interior história, arte e curiosidades. As autoras indicam que: “Ao contrário da tradição européia e de outros países do mundo que consideram a exploração turística de seus cemitérios, no Brasil pouca atenção tem se dado ao tema, embora a riqueza e a história de nossos cemitérios façam jus a um interesse maior”^{XXVI}.

Soja concebe três tipos de espaço: o espaço físico da natureza, o espaço da cognição e das representações, e o espaço social.^{XXVII} Eles relacionam-se com as dinâmicas de transformação, apropriação e usos do meio ambiente ao longo do tempo, refletindo nas mudanças da paisagem. Nesses espaços, as sociedades se estabelecem, constroem e incidem



sobre a cultura material, ou seja: “através de sua materialidade comunicam sentidos e transmitem mensagens sobre como são as estruturas da sociedade, e que ações e relações sociais têm sido praticadas”.^{XXVIII}

Nesse sentido, a paisagem alterada, seja pela culminância dos bombardeios, pela necessidade de cemitérios ou pela construção da Rodovia dos Náufragos, corrobora a ideia de que “as sociedades humanas não são simples objetos das leis da natureza, são sujeitos que a transformam e a incorporam nas suas relações”.^{XXIX}

Do tabu ao método: a Arqueologia Histórica aplicada aos cemitérios

Partindo do pressuposto que nenhuma pesquisa acadêmica poderá ser desenvolvida sem a interdisciplinaridade, ou mesmo, sem uma ligação entre as diferentes fontes, tanto os recursos da História Oral como os da memória são instrumentos fundamentais para se trabalhar no decorrer de um projeto de Arqueologia Histórica. Inseridas nessa seara, estão fontes primárias, como: decretos governamentais, fotografias, plantas, projetos de urbanização e documentos referentes aos torpedeamentos existentes no Arquivo Público do Estado de Sergipe. Na tutela do Arquivo do Judiciário, encontram-se os processos envolvendo ações referentes ao referido Cemitério. Outra fonte primária pertinente são os jornais dos anos de 1942 e 1973 acondicionados no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGSE).

Dentre as fontes secundárias, relacionam-se artigos existentes na Revista do IHGSE, monografias referentes à participação de Sergipe na Segunda Guerra Mundial, presentes nas bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe e da Universidade Tiradentes, além dos documentários: Sergipe na Segunda Guerra Mundial, produzido pelo Memorial do Poder Judiciário de Sergipe, e também o curta-metragem U-507, vencedor de dois prêmios no Festival Iberoamericano de Curtas-Metragens (Curta-SE).

Outrossim, entendemos que a Arqueologia Histórica estuda um passado recente, ou seja, um passado moderno, que, segundo Orser Jr.: “incorporou muitos processos, perspectivas e objetos materiais que ainda estão sendo usados em nossos dias”.^{XXX}

No decorrer da pesquisa arqueológica, a História Oral, através da realização de entrevistas semiabertas, propicia o intercâmbio entre as formas de apropriação do espaço e a construção da rede de relações simbólicas que permeiam as memórias dos torpedeamentos de 1942 em Sergipe. A existência de populares que presenciaram os enterramentos dos corpos — na faixa etária de 80 anos — propicia informações sobre o surgimento do Cemitério e sua utilização pela comunidade. Outros habitantes, que tiveram entes familiares sepultados neste Cemitério, também compõem o universo de potenciais entrevistados.

Entende-se que a comunidade ao redor do local detém memórias significativas sobre fatos e pessoas ligadas ao objeto de estudo. Para Maurice Halbwachs: “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos”.^{XXXI}. Desse modo, não é possível ignorar a memória coletiva, de informações e tradições, que atravessam gerações diversas.



No que se refere ao uso das técnicas empregadas pela Arqueologia no trabalho de campo, que poderá culminar com artefatos a serem estudados para compreensão do passado, além da conscientização patrimonial, são levados em consideração:

Fotografias aéreas: permitem identificar os contornos geográficos e a localização do terreno (cemitério).

Levantamento planialtimétrico: visa obter as coordenadas da superfície do terreno (cemitério), proporcionando todas as dimensões, área, elevações e distanciamento dos pontos de referência (vegetação, lápides entre outros a serem definidos).

Sondagens: poderão ser abertas trincheiras entre 1 a 3 metros de profundidade, com espaçamento adequado ao ambiente, onde serão realizadas buscas de elementos da cultura material remanescentes.

Tratamento dos artefatos: todo material extraído na escavação deverá ser protocolado e examinado; depois, tudo deve ser posto novamente no mesmo lugar de onde foi retirado e do mesmo modo que foi encontrado, com o auxílio de fotografias.

Trabalho em laboratório: todos os artefatos encontrados em campo serão minuciosamente estudados e consultados por uma equipe multidisciplinar na análise e catalogação destes. Após esse trabalho, serão elaborados relatórios contendo fotografias, diagramação e especificação/classificação de cada peça.

Durante as intervenções no espaço físico, serão respeitados os túmulos e as lápides, e toda pesquisa caminhará de acordo com as normas estipuladas pela Emsurb, órgão responsável pelos cemitérios da capital.

Igualmente, os métodos utilizados na pesquisa caminham para conservação, divulgação e reafirmação desse patrimônio histórico sergipano, do modo como indicam Funari e Pelegrini:

Somente a investigação minuciosa sobre as origens históricas do patrimônio e suas características estéticas, bem como a observação atenta da densidade populacional e das tipologias urbanas da região estudada, podem oferecer pistas precisas sobre os métodos adequados à sua recuperação^{xxxii}.

Desta forma, a partir dos pressupostos metodológicos elencados anteriormente, buscar-se-á, de forma minuciosa, resgatar informações pertinentes sobre o Cemitério dos Náufragos, que poderão posteriormente ser utilizadas em um trabalho de educação patrimonial com a comunidade.

Considerações finais

Através do Decreto Estadual nº 2.571, de 20 de maio de 1973, o Cemitério dos Náufragos, localizado na Rodovia dos Náufragos em Aracaju – SE, foi tombado como monumento histórico. No entanto, atualmente tal patrimônio encontra-se abandonado pelo governo estadual, conforme aponta reportagem do Jornal da Cidade:



Ele contou que recentemente, ao passar pelo Cemitério dos Náufragos, ficou desolado com a quantidade de lixo e mato que havia no local. Na semana passada, o cenário era menos desolador. Moradores da região que têm familiares sepultados naquele cemitério queimaram o matagal e retiraram parte do lixo para reverenciar os mortos no Dia de Finados.^{XXIII}

O desenvolvimento da conscientização e da valorização deste patrimônio histórico estadual — atualmente dilapidado pela ação do tempo e vítima do esquecimento das autoridades e da população —, aliado à pesquisa arqueológica proposta, servirá como instrumento para atividades direcionadas para a educação patrimonial.

O estudo arqueológico do Cemitério dos Náufragos busca, através da cultura material, coletar informações que possam corroborar ou refutar a sua data de criação, tendo em vista que alguns populares afirmam que o mesmo já existia há mais de dois séculos, ou seja, seria anterior ao período dos torpedeamentos de 1942 no litoral sergipano.

Durante o ano de 1942, o Brasil, em especial Sergipe, tornou-se alvo, em seu litoral, do ataque de submarinos alemães e italianos, que provocaram a morte de centenas de inocentes que viajavam em navios da Marinha Mercante Brasileira. Os corpos que chegavam ao litoral foram enterrados em cemitérios da capital e do interior; em Aracaju, foi criado o Cemitério dos Náufragos, com objetivo de sepultar as vítimas da ação nazi-fascista na costa sergipana.

Aracaju está vivendo uma expansão urbana, em que áreas até então eram desabitadas passam por considerável crescimento populacional. Essa mudança é nítida no entorno do referido cemitério, já que ele está localizado em uma das zonas de expansão da capital sergipana. À medida que a cidade cresceu e avenidas foram construídas, ocorreu uma considerável mudança geográfica deste cemitério, especialmente no ano de 1973. Assim, esta pesquisa torna-se cada vez mais importante no intuito de salvaguardar e estudar este patrimônio, como também, de analisar a sua importância social para as comunidades circunvizinhas, além de orientar os embates destas com a Prefeitura Municipal de Aracaju.

Notas:

^I Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); professora adjunta do Núcleo de Museologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia (Proarq – UFS); líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Memória e Patrimônio Sergipano (Gemps) / CNPq. E-mail: janainamello@uol.com.br.

^{II} Mestrando em História da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); servidor do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, lotado no Memorial do Poder Judiciário; membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Memória e Patrimônio Sergipano (Gemps/CNPq). E-mail: rafaelsr18@hotmail.com.

^{III} Navegava a vinte milhas da costa sergipana, quando, às 19h00 do dia 15 de agosto de 1942, foi atacado.

^{IV} Às 21h15 do dia 15 de agosto de 1942, foi surpreendido por dois torpedos que o levaram para o fundo do mar em poucos minutos. Cf. A Repercussão do bárbaro atentado do “Eixo” contra os navios brasileiros. Folha da Manhã, 21 de agosto de 1942. p. 1.



^v Na madrugada do dia 16 de agosto, por volta das 4h05, todos os passageiros e tripulantes repousavam em suas acomodações quando foram atacados pelo submarino alemão. Cf. Vandalismo “Eixista” Covarde Agressão da canalha nazista – torpedeado mais três navios brasileiros. Folha da Manhã, 18 de agosto de 1942. p. 1; e também “A Vibração Cívica de Sergipe”. Folha da Manhã, 24 de agosto de 1942. p. 1.

^{vi} SANDER, R. O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007, p.198.

^{vii} O Torpedeamento dos cinco navios brasileiros – Baependi, Araraquara, Anibal Benevolo, Itagiba e Arara In:Folha da Manhã, 19 de agosto de 1942. p. 1, 3.

^{viii} Entrevista publicada In: Estudante quer garantir preservação de patrimônio estadual. Jornal da Cidade, 21 de novembro de 2010. Disponível em: <http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=83899>. (Acesso em: 09 de janeiro de 2011).

^{ix} O Cemitério dos Náufragos é conhecido pelos populares também pelos nomes “Campinhos” e “Cemitério dos Manguinhos”.

^x Entrevista de José Dias Firmo dos Santos, presidente da Associação Desportiva Cultural e Ambiental do Robalo (Adcar) In: Cemitério dos Náufragos será aberto hoje. Jornal da Cidade, 18 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.jornaldacidade.net/2008/noticia.php?id=86502>. Acesso em 09 de janeiro de 2011.

^{xi} Entrevista publicada na edição de 03 de novembro de 2006 do Jornal da Cidade e também em “Cemitérios clandestinos estão na mira do MP “. Correio de Sergipe, edição de 03/09/2006. In: <http://www.correiodesergipe.com/lernoticia.php?noticia=17448>.

^{xii} Jornal da Cidade, edição de 18 de dezembro de 2010.

^{xiii} ORSER JR., C.E. Introdução à Arqueologia Histórica. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1992, p.28.

^{xiv} FUNARI, P. P. A. Como se tornar arqueólogo no Brasil. Revista USP, 44, 74-85, 2000, p.82.

^{xv} ORSER JR., C.E. Op. cit. p. 9.

^{xvi} Ibid, p.26.

^{xvii} Ibid, p.32.

^{xviii} Ibid, p.76.

^{xix} Ibid, p. 42.

^{xx} RAMBELLI, G. Entre o uso social e o abuso comercial: as percepções do patrimônio cultural subaquático no Brasil.História [online]. 2008, vol.27, n.2, p.58

^{xxi} ORSER JR., C.E. Op. cit. p. 45.

^{xxii} BONJARDIM, S. G. M; VARGAS, M. A. M. O Visível e o Invisível:A paisagem arqueológica da morte em São Cristóvão e Laranjeiras – SE. Ateliê Geográfico. Goiânia-GO v. 4, n. 10 abr/2010.

^{xxiii} OSMAN, A. S; RIBEIRO, O. C. F. Arte, História, Turismo e Lazer nos Cemitérios de São Paulo. Licere, Belo Horizonte, v.10, n.1, abr./2007.



XIV “A paisagem arqueológica da morte das cidades estudadas existe somente enquanto templos e túmulos. Por mais que muita coisa tenha sido destruída, muito ainda existe e uma pesquisa na história sobre o porquê da paisagem logo revelou o visível. Todavia, o invisível não é tão facilmente desvelado, o que está escondido não é percebido nem pelos observadores, nem pelos moradores” In: BONJARDIM, S. G. M; VARGAS, M. A. M. O Visível e o Invisível: A paisagem arqueológica da morte em São Cristóvão e Laranjeiras – SE. Ateliê Geográfico. Goiânia-GO v. 4, n. 10 abr/2010 p.212.

XXV OSMAN, A. S; RIBEIRO, O. C. F. Op. cit. , p.2.

XXVI Ibid, p. 7.

XXVII SOJA, E. Geografias Pós-Modernas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.

XXVIII ACUTO. F. A. Paisajes Cambiantes: La Dominación Inka en el Valle Calchaquí Norte (Argentina). Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, Suplemento 3, 1999, p.144.

XXIX LEWONTIN, 1982 apud HARVEY, D. Justice, Nature and the Geography of Difference. Malden, Oxford: Blackwell Publishers, 1996, p. 185

XXX ORSER JR., C.E. Op. cit. p.28.

XXXI HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Centauro, 2006.p.30

XXXII FUNARI, P. P.; PELEGRINI, Sandra. Patrimônio Histórico e Cultural. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.p.34.

XXXIII Cf. Jornal da Cidade, 21/11/2010.

Referências Bibliográficas:

ACUTO. F. A. **Paisajes Cambiantes: La Dominación Inka en el Valle Calchaquí Norte (Argentina)**. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, Suplemento 3, p. 143-157, 1999.

BONJARDIM, S. G. M; VARGAS, M. A. M. **O Visível e o Invisível: A paisagem arqueológica da morte em São Cristóvão e Laranjeiras – SE**. Ateliê Geográfico. Goiânia-GO v. 4, n. 10 abr/2010 p.190-214.

FUNARI, P. P. A. **Como se tornar arqueólogo no Brasil**. Revista USP, 44, 74-85, 2000.

____; PELEGRINI, Sandra. **Patrimônio Histórico e Cultural**. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, D. **Justice, Nature and the Geography of Difference**. Malden, Oxford: Blackwell Publishers, 1996.



ORSER JR., C.E. **Introdução à Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1992.

OSMAN, A. S; RIBEIRO, O. C. F. **Arte, História, Turismo e Lazer nos Cemitérios de São Paulo**. Licere, Belo Horizonte, v.10, n.1, abr./2007.

RAMBELLI, G. **Entre o uso social e o abuso comercial: as percepções do patrimônio cultural subaquático no Brasil**. *História [online]*. 2008, vol.27, n.2, p. 49-74.

SANDER, R. **O Brasil na mira de Hitler: a história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

SOJA, E. **Geografias Pós-Modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1993.